Uso de transporte privado pela Prefeitura de São Paulo possui falhas na prestação de contas e irregularidades

Agosto de 2019

Autora: Jessica Voigt Revisão: Bianca Berti

Direção geral: Juliana Sakai e Manoel Galdino<sup>1</sup>

Este trabalho está licenciado com uma Licença Attribution 4.0 International, com exceção de logos, marcas e termos

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Respectivamente: cientista de dados, estagiária de transparência, diretora de operações e diretor executivo da Transparência Brasil

# Uso de transporte privado pela Prefeitura de São Paulo tem falhas na prestação de contas e irregularidades.

Apesar de transparência com digitalização, dados de utilização de aplicativo de transporte da Prefeitura de São Paulo indicam uso para traslado particular e revelam falta de prestação de contas e indícios de irregularidades.

No ano de 2017, a Prefeitura de São Paulo passou a utilizar o serviço de transporte individual por aplicativo para a locomoção de servidores, substituindo a frota de carros da administração municipal. A empresa 99 venceu a licitação<sup>2</sup> e desde então opera como provedora deste serviço.

Este relatório tem como objetivo avaliar como tem sido, desde então, o uso de carros pelos servidores da Prefeitura de São Paulo e identificar indícios de irregularidades. Os dados foram obtidos pela equipe de jornalismo da Rede Globo de Televisão via Lei de Acesso a Informação e analisados pela Transparência Brasil.

A contratação de serviço de transporte individual por aplicativo é uma alternativa que contribui para a transparência do setor público: o registro digital dos valores, modalidades e rotas permite que se fiscalize como os servidores utilizam esse serviço.

A Transparência Brasil avaliou 329.227 corridas feitas entre agosto de 2017 e março de 2019, totalizando R\$ 2,95 milhões. A análise dos dados das corridas indica que, de maneira geral, o uso do aplicativo tem sido feito de maneira razoável: 95% das corridas realizadas no período correspondiam à modalidade mais barata (99POP).

Por outro lado, constatamos fragilidades na prestação de contas. De acordo com os dados obtidos, as justificativas para o uso do transporte expõem as razões para o deslocamento de forma superficial. Nas viagens com maior custo e/ou duração, as justificativas foram insuficientes para entender as circunstâncias destas corridas e as razões para o alto custo e a longa duração. Um número considerável de corridas cujo quilômetro custou pelo menos o dobro do valor médio, cerca de 5,1% do total, não oferece

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Foi assinado em 2017 o termo de contrato Termo de Contrato <u>009/SMG/2017</u>, somando-se futuramente o <u>termo aditivo 01</u>, <u>termo aditivo 02</u> e o <u>termo aditivo 03</u>.

nenhuma explicação especial para tais gastos incomuns (exemplos: trânsito, alagamento etc.).

Além disso, uma análise mais cuidadosa revelou indícios de irregularidade. O tipo mais comum são rotas recorrentes envolvendo endereços privados: 1,9% de todas as corridas entre 2017 e 2019 teve rotas que se repetiram ao menos 20 vezes, e que tinham como origem ou destino um endereço privado<sup>3</sup>.

Este tipo de uso sugere que servidores possam estar usando o transporte individual, custeado pelos cofres públicos, para se deslocar de casa ao trabalho e vice-versa. A Secretaria do Governo Municipal e a Secretaria Municipal da Fazenda são os órgãos que mais registraram esse tipo de atividade, com rotas que chegam a se repetir mais de 200 vezes.

O segundo grupo de indícios de irregularidades mais comuns é o uso de transporte individual para corridas excessivamente curtas, que duraram até três minutos e que, salvo exceções, poderiam ser feitas a pé. Essas corridas corresponderam a 1,7% do total de viagens, e ocorreram em 87 dos 93 órgãos da Prefeitura que utilizaram o aplicativo no período. A Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste registrou 1.185 corridas de até três minutos, o que corresponde a 3% do total de corridas feitas pelo órgão.

O terceiro grupo de indícios de irregularidades envolve corridas cuja quilometragem não foi registrada: em 1,2% das corridas, não é possível saber quantos quilômetros foram percorridos. A omissão da quilometragem percorrida é mais recorrente quando utilizada a modalidade táxi comum: 57% dos gastos com as corridas nessa modalidade não apresentam a quilometragem.

A análise das justificativas para essas corridas mostrou que muitas delas envolviam reembolso de duas ou mais corridas em um único registro. Essa prática foi observada na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (Smped), que, sozinha, gastou R\$ 191,5 mil em corridas sem quilometragem, 26% de todas as corridas do órgão. Em 24 registros servidores da Secretaria alegam problemas em solicitar a corrida via app.

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> São considerados endereços privados logradouros que não correspondem ou não estão próximos a um prédio público ou comercial identificável, com alta probabilidade se tratar de uma residência. Uma explicação mais detalhada pode ser vista na sessão *Rotas recorrentes*.

Por fim, foram encontrados casos em que corridas duraram de doze a 192 horas — ou oito dias. Esta corrida de oito dias, a mais longa da base, foi realizada pela Coordenadoria Regional da Saúde Sudeste e custou mais de seis mil reais.

O pedido de informação solicitou o relatório de utilização da 99 pelos servidores de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo em 2017, 2018 e 2019. Em maio de 2019, a Rede Globo compartilhou com a Transparência Brasil planilhas mensais contendo a tarifa de cada corrida. Os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Gestão não continham explicação adicional sobre os dados.

Após a publicação de matérias jornalísticas nos jornais SP1 e SP2<sup>4</sup> no dia 07/08, produzidas com base neste relatório, a Prefeitura alegou que faz avaliação das corridas feitas por servidores, e que os custos das tarifas não são necessariamente pagos pela Prefeitura. Não foram mencionados, no entanto, quais seriam os critérios para pagamento, nem foi fornecida base de dados suplementar indicando quais corridas foram efetivamente pagas pelo contribuinte. Logo, foi precário, em termos de transparência, o acesso à informação dado pela Prefeitura ao não conceder explicações sobre os dados enviados.

Diante dessas evidências, vale avaliar a economicidade do uso do transporte individual por meio de aplicativo, especialmente para órgãos cujas atividades dependem do uso regular de transporte privado, como a Smped e a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste.

Outras medidas que a Prefeitura de São Paulo pode tomar para tornar o controle mais fácil incluem: i) exigir a descrição do evento que requer o transporte privado; ii) garantir que justificativa do transporte para corridas de curta distância sejam obrigatórias; iii) exigir justificativa detalhada para usos do transporte privado por períodos maiores que uma hora; e iv) condicionar aprovação de pagamento de corridas na modalidade de transporte mais cara a uma explicação detalhada do servidor do porquê aquela modalidade foi necessária.

Também sugerimos que a prefeitura tenha um papel ativo na investigação de rotas que se repetem com frequência e de casos recorrentes de falha no aplicativo, de modo a evitar

4

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> As matérias podem ser assistidas nos links https://globoplay.globo.com/v/7824773/ e globoplay.globo.com/v/7826037/

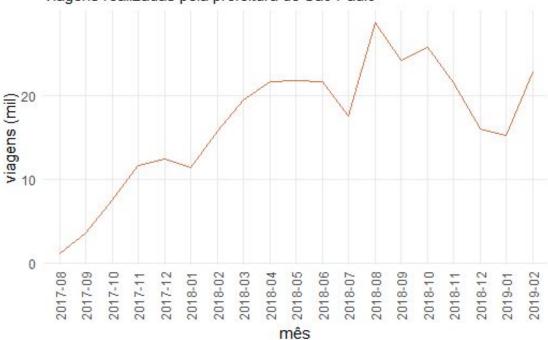
que corridas sejam feitas com outras modalidades de transporte. Se a política do uso do app foi adotada para garantir maior economia, não faz sentido que um grupo de servidores ainda use recorrentemente o transporte mais caro.

Nas seções seguintes, apresentaremos os dados levantados e exploraremos com detalhes os resultados.

### Padrão das corridas em São Paulo

A análise dos dados das corridas feitas por servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo mostra o crescimento do uso do serviço desde 2017. Entre agosto e dezembro de 2018 foram registradas mais de 116 mil viagens, três vezes a mais do mesmo período do ano passado, quando a Prefeitura passou a utilizá-lo. Ao todo, foram registradas 245 mil viagens em 2018, número que deverá aumentar em 2019.

# Corridas realizadas Viagens realizadas pela prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo via LAI. Elaborado pela Transparência Brasil

De forma geral, os servidores usam os aplicativos de transporte individual de maneira responsável: 95% das corridas realizadas no período foram feitas com a modalidade 99 POP, percorrendo em média 11,4 km e custando em média cerca de R\$ 29,00. No entanto 5% das corridas foram realizadas em outras modalidades (99TAXI, 99TOP e Táxi comum) e, para essas corridas, o valor médio do quilômetro rodado foi muito superior ao estabelecido pelo contrato entre a 99 e a Prefeitura de São Paulo, que é de R\$ 2,52  $^{5 67}$ .

Tabela 1. Distribuição das modalidades de transporte por aplicativo

Categoria	Total corridas	Total km rodados (mil)	Percentual uso da categoria	Média km rodado por corrida	Total gasto <sup>8</sup> (mil reais)	Custo médio da corrida	Custo médio por km rodado
99POP	310.328	3544,93	94%	11,4	9254,77	R\$ 28,87	R\$ 2,53
99TAXI	7.792	95,36	2%	12,2	348,91	R\$ 43,34	R\$ 3,55
99TOP	5.773	55,76	2%	9,7	237,09	R\$ 39,42	R\$ 4,06
Táxi comum	1.413	24,39	0%	17,3	147,75	R\$ 98,47	R\$ 5,69

# Viagens caras

A Transparência Brasil verificou que em 16,8 mil viagens – 5,1% do total – o custo do quilômetro corresponde a pelo menos o dobro do custo médio por quilômetro dentro de cada modalidade (tabela 2).

Para averiguar esse dado, dividimos o custo da corrida<sup>9</sup> pelo total de quilômetros rodados, e selecionamos aquelas corridas cujo custo médio do quilômetro fosse pelo menos duas vezes maior que o custo médio dos quilômetros para aquela categoria.

Para as categorias 99TOP e 99Taxi, o custo do quilômetro destas viagens custa, em média, quatro vezes o custo médio da modalidade. Para a categoria 99POP esse custo é

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Foram desconsideradas nesse cálculo corridas que não apresentam quilometragem registrada. Trataremos dessas viagens em uma sessão posterior.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O custo do quilômetro rodado definido pelo contrato 009/SMG/2017 era de R\$ 2,46, sendo mais tarde modificado por aditivo para R\$ 2,52.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> O custo médio da corrida e o valor médio por quilômetro rodado foram calculados a partir dos valores correntes

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Valores reais de abril de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> O valor de cada corrida foi considerado em valor corrente. Foram consideradas somente as corridas com quilometragem registrada.

cinco vezes maior e para o táxi comum o custo médio do quilômetro chega aos inacreditáveis R\$ 41, quase seis vezes o custo médio do quilômetro. Cerca de 12% das corridas feitas com táxi e cuja quilometragem foi registrada têm o dobro do custo do quilômetro médio.

A análise das justificativas fornecidas pelos solicitantes não permite saber por que o quilômetro dessas corridas custou tão acima da média. A relação de todas as viagens mais caras está no anexo 1.

Tabela 2. Custo do km para as corridas mais caras

Categoria	Corridas	Custo médio do km (em R\$)	Custo médio do km (em R\$)
99POP	16383	12,27	2,53
99TAXI	230	13,74	3,55
99TOP	51	16,54	4,06
Táxi comum	171	41,91	5,62

### **Rotas recorrentes**

A Transparência Brasil fez um levantamento das rotas mais comuns para descobrir se servidores estariam utilizando o serviço de transporte para fins privados.

Verificamos a ocorrência de viagens com mesma rota (endereço de origem e destino) e consideramos aquelas que se repetiram mais de vinte vezes. Então, conferimos se a rota envolvia um endereço privado com o auxílio do Google Maps, serviço de visualização de mapas e imagens de satélite.

Logradouros que correspondem a endereços públicos ou estão a poucos metros de um prédio público foram identificados como prédio público (ex: *Rua Líbero Badaró*). Identificamos como endereço privado os logradouros que não correspondem ou não estão próximos a um prédio público ou comercial identificável. Para logradouros que não tinham número e a rua em questão era muito extensa – de forma que não fosse possível afirmar que se tratava de um endereço comercial ou privado – classificamos como não aplicável (NA). Por fim, quando o logradouro dizia respeito a um endereço comercial verificável,

cuja prestação de serviço é voltada a pessoas jurídicas, identificamos aquele endereço com o nome da empresa correspondente<sup>10</sup>.

#### Viagens omitidas

De todas as viagens realizadas, cerca de 0,7% (2.388) possuem rotas (endereços de origem e destino) completamente omitidas, pois ao menos um dos endereços corresponde a um domicílio 11, seja do servidor ou de um cidadão para quem foi prestado algum tipo de atendimento. A relação da quantidade de viagens omitidas por órgão está no anexo 2.

Os destaques ficam para o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM) com 42,5% das suas viagens omitidas e para a Secretaria Municipal de Gestão (SMG), com 17% das viagens omitidas. A prestação de contas para essas viagens na maioria das vezes não é suficiente para entender a necessidade do transporte individual privado, mencionando apenas "Ida ao trabalho" ou "Retorno à residência". Como obviamente não é razoável que o contribuinte arque com o uso de transporte privado de servidores, tais corridas não deveriam ser pagas pela Prefeitura sem justificativa apropriada.

#### Viagens informadas

Dentre as viagens informadas, foram verificadas 147 rotas que ocorreram mais de vinte vezes (contabilizando 6.571 viagens, 1,9% do total de viagens) e tinham como origem ou destino um endereço identificado como privado pela Transparência Brasil. Buscamos verificar se servidores utilizam o serviço de transporte individual como transporte privado entre a residência e o trabalho. Em cinco órgãos da Prefeitura de São Paulo, foram verificadas rotas que se repetem mais de 100 vezes. A relação dessas viagens está na tabela abaixo:

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Isso significa dizer que uma padaria ou um consultório médico não serão identificados como estabelecimentos comerciais, e aquele logradouro vai estar associado ou a um endereço privado ou a um serviço público próximo. Entendemos que seria importante distinguir esses endereços de endereços privados pois as corridas vinculadas podem dizer respeito a atividades do órgão.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Endereços estão omitidos com base no inciso III do artigo 4o. do Decreto Municipal 53.623/2012, que protege informação pessoal.

Tabela 3. Rotas que se repetiram mais de cem vezes

Empresa	Endereço de origem	Endereço de destino	Corridas
Secretaria do Governo Municipal	Rua Lúcio de Arruda Leme 211	Rua Doutor Falcão Filho 56	206
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua Maria Fett 467	Rua Doutor Falcão Filho 56	176
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua Doutor Falcão Filho 56	Rua Maria Fett 467	172
Prefeitura Regional Itaim Paulista	Rua Caraipé das Águas 23	Rua Caraipé das Águas	157
Secretaria do Governo Municipal	Rua Doutor Falcão Filho 56	Rua Aimberê 212	147
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	Rua Costa Barros 2200	Rua Doutor Falcão Filho Centro	137
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua Doutor Falcão Filho 56	Rua General Chagas Santos 500	135
Secretaria do Governo Municipal	Rua Mourato Coelho 799	Viaduto do Chá 15	131
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Rua do Paraíso 387	Rua Renato 285	127
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua General Chagas Santos 500	Rua Doutor Falcão Filho 56	125
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua Líbero Badaró 190	Alameda dos Aicás 229	122
Secretaria do Governo Municipal	Rua Doutor Falcão Filho 56	Rua Mourato Coelho 799	118
Secretaria do Governo Municipal	Rua Curupacê 61	Rua Doutor Falcão Filho 56	115
Secretaria Municipal da Fazenda	Rua Coronel Oscar Porto 472	Rua Doutor Falcão Filho Centro	111

A Secretaria do Governo Municipal é o órgão que possui o maior número de viagens envolvendo ao menos um endereço classificado como privado: 1.872 corridas. O órgão possui cinco rotas que se repetem mais de 100 vezes e uma única viagem se repetiu em 206 dos 255 dias úteis de 2018. Há também o registro de 131 viagens que saem da rua Mourato Coelho, em Pinheiros, até o centro da cidade, e mais 118 viagens que fazem o caminho inverso.

A Secretaria Municipal da Fazenda registrou seis rotas envolvendo ao menos um endereço privado que ocorreram mais de 100 vezes, com destaque para 176 viagens que ocorreram entre a rua Maria Fett, na Vila Graciosa, até o centro da cidade, e outras 172 viagens que fizeram o caminho inverso. A Secretaria Municipal de Relações

Internacionais, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e a Prefeitura Regional Itaim Paulista possuem uma rota que se repetiu mais de cem vezes.

A relação de todas as rotas envolvendo endereços privados que ocorreram mais de vinte vezes está no anexo 3.

# Tempo das corridas

Os dados apontam uma grande variação na duração das corridas. Mesmo considerando que a maioria das corridas demoram entre dez minutos e uma hora (70,4%), há registro de corridas que duram entre uma e duas horas (11,1%), entre duas e quatro horas (4,1%), mais de cinco horas (0,5%), e ainda 85 corridas demoraram mais de 12 horas. Há também corridas que não chegam a 3 minutos (1,7%) e que poderiam ter sido feitas a pé.

Tabela 4. Duração das corridas

Tempo de viagem	Corridas	Total gasto <sup>12</sup>	Percentual das corridas
até 3 minutos	5481	R\$ 47.580	1,7%
entre 3 e 10 minutos	40082	R\$ 335.551	12,2%
entre 10 e 30 minutos	146300	R\$ 2.526.244	44,4%
entre 30 minutos e 1 hora	85562	R\$ 3.185.111	26%
entre uma e duas horas	36646	R\$ 2.293.676	11,1%
entre duas e quatro horas	13460	R\$ 1.415.193	4,1%
entre cinco e doze horas	1611	R\$ 362.581	0,5%
mais de doze horas	85	R\$ 38.739	0%

#### Corridas com menos de 3 minutos

Encontramos 5.481 corridas que duraram menos de três minutos, um percurso que uma pessoa sem restrições de mobilidade poderia percorrer a pé em pouco mais de quinze minutos, em média. Essas corridas são muito mais comuns que corridas com mais de doze horas, correspondendo a 1,7% das viagens registradas em todo o período. Viagens

\_

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Valores reais de abril de 2019.

desse tipo foram realizadas por 87 dos 93 órgãos da Prefeitura e custaram R\$ 47,6 mil. Destes, R\$ 19,7 mil (41%) são de corridas que duraram menos de um minuto.

Os órgãos que mais gastaram com viagens com menos de três minutos foram, novamente, a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, que gastou R\$ 8,7 mil, e a Smped, que gastou R\$ 7,9 mil. A lista completa dos órgãos que registraram corridas com menos de 3 minutos está no anexo 4.

#### Corridas com mais de doze horas

Ao todo, oito órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo registraram corridas com doze ou mais horas e quatro órgãos registraram corridas com mais de um dia de duração <sup>13</sup>. Os dados de tempo e quilometragem mostram que corridas que levaram mais de doze horas, sugerindo que os carros solicitados via aplicativo ficaram à disposição dos servidores durante todo o tempo.

A Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo registrou uma corrida com duração de um dia. As prefeituras regionais do Itaim Paulista e a Diretoria Regional de Educação de Guaianases registraram, cada uma, uma corrida que durou dois dias. A Prefeitura Regional do Itaim Paulista registrou, ainda, uma outra corrida que durou três dias. Por fim, a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste fez uma corrida que durou oito dias. Essa viagem custou R\$ 6.588,13. As justificativas dessas corridas não ajudam a entender o porquê foi necessário ter o mesmo carro à disposição por mais de um dia, de forma ininterrupta.

corridas desconsideradas são 122785126, 160810029, 159789088 e 87961254633069.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Registramos outras quatro corridas com mais de 24 horas de duração. No entanto, como o valor pago para essas quatro corridas havia sido muito baixo, optamos por desconsiderá-las nessa análise. Os ids das

Tabela 5. Justificativas corridas com mais de um dia de duração

ID da corrida	Órgão	Data início	Data final	Duração	Justificativa	Custo da corrida <sup>14</sup>
87961024 630214	Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste	26/06/2018	04/07/2018	8 dias	vacinação de febre amarela albergue	R\$ 6588,13
70368825 962339	Prefeitura Regional Itaim Paulista	02/03/2018	05/03/2018	3 dias	queda de árvore	R\$ 1323,81
87960942 242240	Diretoria Regional de Educação Guaianases	14/05/2018	16/05/2018	2 dias	visitas escolas	R\$ 1142,36
87961055 803120	Prefeitura Regional Itaim Paulista	11/07/2018	13/07/2018	2 dias	retorno ao pátio de obras	R\$ 1170,41
70368866 454337	Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo	19/04/2018	20/04/2018	1 dia	vistorias variadas	R\$ 528,02

Em resposta à reportagem da Rede Globo, exibida em 08/08/2019 e que publicou essas viagens, a Prefeitura afirmou que realiza controle posterior dessas corridas e que aquelas consideradas indevidas não são pagas. Dentre as corridas que não foram pagas, de acordo com a Prefeitura, está a corrida com oito dias de duração<sup>15</sup>. No entanto, nos dados fornecidos pela mesma Prefeitura via Lei de Acesso a Informação, não havia qualquer explicação a respeito de montantes pagos e não pagos. Transparência não se trata de disponibilizar dados em uma tabela. É fundamental que gestores da informação expliquem o que significam os dados que estão sendo transmitidos. É uma falha grave de transparência a ausência de metadados.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Valores reais de abril de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> A reportagem completa exibida no SP2 está disponível em globoplay.globo.com/v/7826037/

# Corridas sem quilometragem registrada

Ao todo, 3.921 (1,2%) corridas realizadas por 84 órgãos da Prefeitura não possuem quilometragem registrada<sup>16</sup>. Essas corridas custaram R\$ 216,1 mil. Os dados obtidos indicam que todas as corridas foram requisitadas pelo app ou pela plataforma web da 99 e, por isso, deveriam ter a distância percorrida automaticamente registrada.

No entanto, uma análise mais detalhada destas corridas indica que muitas delas na verdade se tratam de registro para reembolso do uso de táxi comum. Enquanto para as outras modalidades os gastos com corridas sem quilometragem não chegam a 0,5%, com o táxi comum esses gastos representam 57,3% dos gastos totais. Cada corrida sem quilometragem feita com táxi comum custa, em média, R\$ 127,15.

Tabela 6. Ocorrência de corridas sem registro de quilometragem por modalidade

Modalidade	Qtd de corridas	Custo total das corridas <sup>17</sup>	% do custo na modalidade	Custo médio das corridas <sup>18</sup>
99POP	2272	R\$ 16.927	0,18%	R\$ 7,45
99TAXI	64	R\$ 657	0,19%	R\$ 10,28
99ТОР	25	R\$ 227	0,1%	R\$ 9,11
Táxi comum	1560	R\$ 198.346	57,31%	R\$ 127,15

A Smped possui 26% de suas corridas sem quilometragem registrada, sendo o órgão mais acometido por esse tipo de falta de dado. Ao todo, são 1.404 corridas sem quilometragem que custaram R\$ 191,5 mil. Destas, 1.378 foram feitas com o uso de táxi comum. A tarifa média das corridas da Smped sem quilometragem registrada é de R\$ 132.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> A princípio, pensou-se que parte dessas corridas poderiam ser corridas canceladas pelo usuário. De acordo com o artigo 5.5 dos Termos de Uso do aplicativo 99, o passageiro que cancelar uma viagem está sujeito a pagar uma taxa de cancelamento para ressarcimento do motorista. No entanto, não foi encontrada a fórmula do cálculo da taxa de cancelamento nem nos termos de uso e nem no site da empresa. Os dados, por sua vez, não permitem distinguir uma corrida cancelada de uma corrida que foi realizada e cuja quilometragem não foi registrada. Diante disso e do fato que o poder público registrou e nos informou sobre essas corridas, optamos por considerar todas as corridas como válidas.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Valores reais de abril de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Valores reais de abril de 2019.

Quando analisamos as justificativas da Smped, verificamos que em pelo menos 24 corridas o servidor usuário alega ter havido falha no app. Em algumas justificativas são mencionados reembolsos de duas ou mais corridas, como por exemplo "Lançamento devido a falha do app 99 Táxi. Referente a corrida dos conselheiros abaixo descritos: Ida Eulália / Carlos Jorge Ida e Volta Ivi/ a Sandra Ramalhoso"; "Lançamento da corrida de ida e volta da representação da Presidente Ana Cláudia na Associação Lace" 19.

Além disso, os dados apontam que em 222 corridas, 4% do total de viagens feitas pela Secretaria, consta como justificativa apenas "Cid". Essas viagens custaram em média R\$ 230 e uma única viagem com essa justificativa chegou a custar

R\$ 907. O órgão também possui mais duas viagens sem quilometragem registrada que custaram mais de mil reais<sup>20</sup>.

É possível que "Cid" refira-se ao deslocamento do secretário, que é tetraplégico. Menções ao seu deslocamento aparecem em outras justificativas de viagem, assim como o deslocamento de outros conselheiros, possivelmente, com deficiência física. No entanto, servidores devem prestar contas não apenas à sua Secretaria ou Controladoria que sabem o que "Cid" significa. A prestação de contas é com o cidadão, e por isso deveria estar claro – se é que é o caso – que se trata do deslocamento de servidores com deficiência física. Aqui, não é possível saber, logo, houve falta de transparência na prestação de contas.

Ainda que a Smped possa ter um padrão de gastos com transporte individual maior que outras secretarias, não é justificável a requisição de transporte fora do aplicativo, a utilização de uma modalidade mais cara de transporte ou a quantidade de lançamentos posteriores de diversas corridas em um mesmo registro. Essas práticas neutralizam em parte os avanços na transparência e controle possibilitados pelo uso do aplicativo no lugar do carro oficial.

Em segundo lugar no número de corridas sem quilometragem registrada está a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, que gastou R\$ 1,9 mil com 267 corridas, todas utilizando 99POP. Não existe um período específico em que essas corridas são

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Respectivamente, corridas com ID "70368859777641" e "70368854951952" e custaram na época R\$ 434,50 e R\$ 540.00.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> IDs "70368860232246" e "87961254652719".

mais frequentes, as justificativas se referem à execução das atividades da Coordenadoria e as corridas custam em média R\$ 7,00 .

A relação das corridas sem quilometragem registrada por órgão disponível no anexo 5.

#### **Anexos**

Anexo 1: Viagens cujo preço do quilômetro corresponde a pelo menos o dobro do valor médio do quilômetro para a modalidade

Link para arquivo Excel

Anexo 2: Viagens com rotas omitidas por órgão

Link para arquivo Excel

Anexo 3: Rotas envolvendo endereços privados que ocorreram mais de vinte vezes

Link para arquivo Excel

Anexo 4: Órgãos que registraram corridas com menos de três minutos

Link para arquivo Excel

Anexo 5: Corridas sem quilometragem registrada por órgão

Link para arquivo Excel

Anexos 1 a 5 em formato CSV

Link para download de arquivo ZIP

Arquivos originais obtidos via Lei de Acesso a Informação

Link para pasta do drive com arquivos Excel